

Programas de auxílio económico à Guiné-Bissau e a Cabo Verde

BISSAU, 15. — As Nações Unidas vão estudar programas de auxílio económico à Guiné-Bissau e a Cabo Verde. Neste sentido, foi concluído um acordo entre os dirigentes da República da Guiné-Bissau e do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e o director do programa de desenvolvimento, Doo Kingue, que esteve em Bissau, de 10 a 13 do corrente. Este organismo da O. N. U. abriu um gabinete em Bissau, até meados de Janeiro, e vai ser elaborado um programa de auxílio económico a longo prazo — revelou Kingue.

No que se refere a Cabo Verde, as Nações Unidas vão iniciar imediatamente o estudo de um programa de auxílio económico ao arquipélago, sem esperar a formação ali de um Governo de Transição. Doo Kingue salientou a atmosfera particularmente cordial das relações do Governo da Bissau das autoridades de Portugal, assim como o desenvolvimento interessante da cooperação técnica entre os dois países, concretizada pelo envio de professores e médicos portugueses.

Disse que as negociações a respeito de Cabo Verde também são ordiais.

O clima actual, na Guiné-Bissau, é propício a investimentos estrangeiros

Vasco Cabral também recebeu um enviado especial da agência Reuters, a quem concedeu uma entrevista. Declarou que, em vez de proceder ao desenvolvimento do país, a administração colonialista portuguesa incutiu nos funcionários guineenses um espírito de lucro e de interesses pessoais que é para nós, presentemente, um dos piores aspectos dessa má herança.

Vasco Cabral não só classificou de «má» a situação económica e financeira legada por Portugal colonialista a Guiné-Bissau, mas também disse que os portugueses não sóberam proceder a prospeções sobre as riquezas do subsolo do país.

Além disso, deixaram um sistema injusto de impostos. Salientou: «Teremos de rever tudo e instituir um sistema de impostos piores».

Além disso, deixaram um sistema injusto de impostos. Salientou: «Teremos de rever tudo e instituir um sistema de impostos piores».

nesse âmbito, vai ser criada uma empresa de Estado, que terá o monopólio para a importação de mercadorias de vários géneros e matérias de primeira necessidade. Dessa forma, o Estado cooperará no sistema económico com as sociedades comerciais já existentes no país, e que possuem toda uma experiência em tais assuntos.

Por enquanto, o Estado ainda não criou um monopólio para os produtos de exportação, mas ele virá a seu tempo; do mesmo modo, segundo explicou, o Governo, não tem projectos imediatos para cumprir outra moeda, uma vez que o escudo português continua a dispor de valor e a ser moeda corrente no país. Cabral disse que, para combater os vícios que a antiga administração criou entre os funcionários guineenses, vícios de «deixar correr o marfim, espírito de lucro e de interesses pessoais», foram instaladas comissões do P. A. I. G. C., ao nível de todos os serviços, para educar o pessoal e fazer-lhe saber, convenientemente, a linha política do Governo.

No entanto, Cabral reconheceu que os funcionários portugueses à antiga administração são devotados ao Governo, e as autoridades sentem-se satisfeitas com a colaboração deles. Concluiu, dizendo que as leis existentes, impostas pela administração portuguesa, se não foram modificadas pouco a pouco, tal como convém ao espírito do novo Governo da Guiné-Bissau. — (F. P. R.)

Disse Escórcio, «n pedido» de Neto

«Angola será independente dentro de seis meses»

LUANDA, 15. — Herminio Escórcio, membro do Comité Directivo do M.P.L.A. e, até há pouco, único representante legal do dr. Agostinho Neto, falando num comício, em Carmona, disse, «a pedido de Neto, que Angola será independente, dentro de seis meses».

Esta declaração foi recebida com uma explosão de entusiasmo por simpatizantes e militantes do M.P.L.A.

A delegação do M.P.L.A. em Luanda informou que Agostinho Neto foi convidado (e aceitou o convite) a pertencer ao conselho assessor do Instituto do Terceiro Mundo da Universidade de Buenos Aires.

Progressos significativos no caminho da unidade

Por seu turno, o chefe da Unita, dr. Jonas Savimbi, está prestes a partir para Luanda (Angola), onde entabulará novas conversações que poderão levar a um pacto de unidade com o M.P.L.A. e F.N.L.A., o que poderá significar o início de negociações com o Governo Português sobre uma próxima independência de Angola.

A Unita, através de Savimbi, teve recentes conversações com os dirigentes do M.P.L.A. e da F.N.L.A.

Observadores de Lusaka julgam que, nessas conversações, se chegou já a certa espécie de acordo relativo a uma frente comum.

O dr. Agostinho Neto esteve em Lusaka até ontem de manhã, e disse que foram feitos progressos significativos nas conversações sobre a unidade — elemento vital se a qualquer momento se iniciarem negociações com o Governo Português a respeito da independência.

Por outro lado, sabe-se que Holden Roberto se mostra a favor de uma frente unida.

De imediato não está esclarecido se um pacto de unificação será assinado em Angola num país vizinho como por exemplo a Zâmbia. Mas sabe-se que cheles de dois países vizinhos têm feito grande pressão sobre os nacionalistas angolanos para chegarem a um acordo de unidade.

Por outro lado, falando ao jornal «A Província de Angola», Savimbi declarou que a Unita já passou por um período de reflexão e que se verificará depois da assinatura de um documento que é uma plataforma de acordo de unidade com o M.P.L.A. e a Unita.

O jornal acrescenta que de dois pontos ainda em discussão entre os dois chefes seria a questão da «unidade angolana» na futura Angola independente.

Os chefes do M. P. L. A. e da Unita já passaram chegado a acordo em vários outros pontos, nas cinco reuniões que tiveram em Dar-es-Salaam, em 1973, e de esperar que o balanço das reuniões tenha sido bastante positivo.

Terminou a greve no C. F. B.

Informam de Lobito que terminou a greve do pessoal ferroviário do Caminho de Ferro de Benguela a qual se prolongou por seis dias.

A solução foi encontrada numa reunião que durou sete horas.

ANGOLA

Rosa Coutinho a um jornalista alemão

Se possível, ainda este mês negociações com M.P.L.A., F.N.L.A. e Unita

LUANDA, 15. — «Portugal fará tudo para acelerar o processo de descolonização e para instituir um Governo Transitório de coligação, em Angola» — declarou o almirante Rosa Coutinho, alto-comissário português em Angola, numa entrevista concedida ao jornalista Hans Joachim Theub, correspondente da agência A. D. N., da República Democrática Alemã.

Acrescentou que a tarefa principal consiste na abertura de negociações, se possível ainda este mês, entre os representantes dos três movimentos de libertação, M.P.L.A., F.N.L.A. e Unita, sobre a criação de uma plataforma comum para a instauração de um Governo Provisório.

Referindo-se às forças que procuram deter o processo de descolonização de Angola, o almirante Rosa Coutinho disse: «A força mais visível para o povo é a reacção interior, que se reveste, contra, porém, uma mudança, e que combatemos por todos os meios. Mas a força mais poderosa que ataca a independência de Angola, é, todavia, o capitalismo internacional».

Posse da comissão executiva da Universidade de Luanda

No gabinete de trabalho de Rosa Coutinho, efectuou-se o acto de posse da comissão executiva da Universidade de Luanda, cujos componentes vieram, desde Agosto, a exercer funções. A comissão, democraticamente eleita em reunião magna de alunos, professores e funcionários, é dirigida pelo prof. Aires da Penha Gonçalves.

Depois da posse, o almirante fez um breve discurso de missão e de serviço de despedida.

Em Luanda, 15. — O «Bureau» Político do M. P. L. A. distribuiu uma declaração anunciando que Daniel Chipenda chefe chamado «Rebelião do Leste», foi expulso do movimento bem como os seus adeptos.

Diz a declaração: «Em Março de 1973, foi descoberto, no seio do movimento, um «complot» dirigido por Daniel Chipenda e que visava a liquidação física do presidente do movimento e de vários outros responsáveis e quadros.

«O complot», fundamentadamente uma peça de grande ofensiva imperialista contra o M. P. L. A., desencadeada em Novembro de 1973, e que tinha como objectivo a tomada de poder do movimento por um grupo tribalista reaccionário que iria esvaziar o M. P. L. A. do seu conteúdo revolucionário.

Em Agosto de 1973, o «complot» toma a forma de sublevação tribal num dos campos do M. P. L. A. na Zâmbia.

Apesar de todos os antecedentes, a direcção do M. P. L. A. dispôs-se a aceitar participar num congresso do M. P. L. A. juntamente com a facção Chipenda e com outros que se formou depois do 25 de Abril.

Face ao desejo manifestado da facção Chipenda, de tomar o poder em vez de seguir a linha do compromisso, a direcção e os delegados do M. P. L. A. resolveram romper com as negociações e realizá-lo no interior do país.

Com a ruptura do congresso a dita «revolta» acabou também se aliatou e a facção Chipenda auto-intitulada «Rebelião do Leste», declarou a sua máscara de um congresso do M. P. L. A. que elegia Daniel Chipenda para presidente do M. P. L. A., vários sequeiros para o «comité» central e «bureau» político.

A manobra foi de tal modo grosseira que nem sequer os amigos políticos íntimos de Chipenda tiveram coragem de apoiar oficialmente.

Entretanto, por altura da «climaxes» dos chefes de Estado da África Central, o M. P. L. A. assinou um acordo de compromisso que dava a presidência ao dr. Agostinho Neto, se duas vice-presidências a Joaquim Pinto de Andrade e a Daniel Chipenda e estabelecia uma plataforma de compromisso de unidade com o M. P. L. A. e o «bureau» político.

O M. P. L. A. previne os Governos africanos

Imediatamente após a assinatura dos acordos de Brazzaville, o M. P. L. A. retirou-se para Kinshasa e viu os acordos, abrindo um escritório naquela cidade.

Chipenda recusava-se a participar na reunião do Comité Central Provisório (estabelecido pelos acordos de Brazzaville), marcada para princípios de Outubro de 1974, e a sua acção apresenta-se em número incompleto a essa reunião, sem mesmo ter um mandato escrito de um dos signatários dos acordos, na

Sekou Touré candidato único à presidência

DAKAR, 15. — Sekou Touré, presidente da República da Guiné, foi designado candidato único às eleições presidenciais de 27 do corrente. Segundo informou a rádio Conskry, a designação de Sekou Touré verificou-se no fim dos trabalhos do Conselho Nacional da Revolução instância suprema do Partido Democrático da Guiné.

A rádio esclareceu que o mandato presidencial é de sete anos.

Por outro lado, a Assembleia Legislativa, vau designação da Assembleia Nacional da Guiné, terá 150 deputados em vez de 75, eleitos por sete anos, em virtude de uma locação do Conselho Nacional da Revolução. — (F. P.)

Situação preocupante na fronteira do Mali com o Alto Volta

BAMAKO, 15. — A situação tornou-se «preocupante» na fronteira entre o Mali e o Alto Volta, informou a rádio de Bamako, acrescentando que o coronel Moussa Traoré, chefe do Estado do Mali, convocou o corpo diplomático, para o informar da situação.

Rádio Mali acrescentou que os dois chefes de Estado combateram, há dez dias, depois de se terem reunido em Faramana, «encontrando soluções pacíficas para o diferendo fronteiriço», e os soldados do Mali esperavam, desde então, «a materialização deste desejo de paz».

«Além disso, mais uma vez, conchito Rádio Bamako, o Mali deseja, com o auxílio de todos os países, amantes da paz, chegar a uma solução definitiva e definitiva para o diferendo com a República do Alto Volta».

«Este conflito opõe os dois países há mais de treze anos e visa uma faixa de terreno com 150 kms de comprimento, situada no extremo norte do Alto Volta».

Em 4 do corrente, os dois chefes de Estado, no encontro de Faramana, pareciam ter dissipado o mal-estar. — (F. P.)

Energica decisão de Agostinho Neto: Chipenda foi expulso do M. P. L. A.

«...sem limitações de Angola» — continua o comunicado — «considera herética toda actividade da mesma tendência, no interior e no exterior de Angola».

Por outro lado, a mesa chamada a atenção «da comunidade internacional e de todos os forças progressistas do Mundo» para a gravidade da situação em Angola, para os militantes, assim como para a «atitude de certos elementos, transitoriamente responsáveis da administração de Angola que o apoiaram».

Depois de declarar que mantém, «a título excepcional», a suspensão das hostilidades entre o M. P. L. A. e o Governo Português, a mesa política «faz um apelo instando os seus outros dois movimentos nacionalistas angolanos para a constituição imediata de uma frente comum, a fim de restituir ao povo uma confiança e a unidade sem as quais não será fácil o desenvolvimento pacífico do processo de independência de Angola».

Esta declaração da mesa política do M. P. L. A., esclarece o comunicado, refere-se a declaração «divulgada» pela facção «diversa» do dr. Neto, através da rádio oficial de Angola.

Em Luanda, o delegado de Chipenda deu uma conferência de imprensa num dos luxuosos hotéis da capital, a que assistiram representantes dos órgãos de Informação, na qual o delegado comandante Manuel António Muti, afirmou que o grupo Chipenda não reconhece o acordo assinado entre o Governo Português e o dr. Agostinho Neto para a suspensão das hostilidades, pois Chipenda não «foi o vídeo nem achado». — (ANFP, P.)

O M. P. L. A. não tolera a existência de tendências «diversas» e o solapamento ou perseguição de comícios em nome do grupo F. P. A., por qualquer «A vitória é certa».

Chipenda considera «ilegais» as actividades e compromissos de Agostinho Neto

Enfrentando este comunicado, Agostinho Neto, em Kinshasa, a mesa política do Movimento Popular de Libertação de Angola distribuiu também um comunicado, que considera «ilegais» todas as actividades desenvolvidas e os compromissos assumidos pela facção dissidente de Agostinho Neto, a partir da data em que abandonou o congresso celebrado em Luanda, de 12 a 29 de Agosto de 1974, na presença e com a participação da O.U.A. e dos par-

Enfrentando este comunicado, Agostinho Neto, em Kinshasa, a mesa política do Movimento Popular de Libertação de Angola distribuiu também um comunicado, que considera «ilegais» todas as actividades desenvolvidas e os compromissos assumidos pela facção dissidente de Agostinho Neto, a partir da data em que abandonou o congresso celebrado em Luanda, de 12 a 29 de Agosto de 1974, na presença e com a participação da O.U.A. e dos par-

Enfrentando este comunicado, Agostinho Neto, em Kinshasa, a mesa política do Movimento Popular de Libertação de Angola distribuiu também um comunicado, que considera «ilegais» todas as actividades desenvolvidas e os compromissos assumidos pela facção dissidente de Agostinho Neto, a partir da data em que abandonou o congresso celebrado em Luanda, de 12 a 29 de Agosto de 1974, na presença e com a participação da O.U.A. e dos par-

Enfrentando este comunicado, Agostinho Neto, em Kinshasa, a mesa política do Movimento Popular de Libertação de Angola distribuiu também um comunicado, que considera «ilegais» todas as actividades desenvolvidas e os compromissos assumidos pela facção dissidente de Agostinho Neto, a partir da data em que abandonou o congresso celebrado em Luanda, de 12 a 29 de Agosto de 1974, na presença e com a participação da O.U.A. e dos par-



ISENÇÃO DE SISA ATÉ AO FIM DE 1974 APROVEITE JA!

Realimo tem o apartamento que você procura!

Agora em Lisboa, apartamentos com duas grandes divisões, casa de banho e kitchenette equipada com todos os electrodomésticos: fogão, frigorífico, esquentador, máquina de lavar e secador de roupa.

Áreas variáveis e preços extraordinariamente convidativos. Tem estacionamento privativo. Facilidades de pagamento.

Realimo com apartamentos próximo da 2.ª circular, junto ao desvio da estrada da Luz, na R. Francisco Baía, com rápido acesso ao aeroporto.

Contacte-nos no ou próprio local, Tel. 742733, ou na Av. Duarte Pacheco, 21 - 3.ª B - Lisboa

REALIMO realiza o seu sonho!



PROJECTOR SONORO para filmes Super 8. Portátil, fácil manejo em quaisquer condições de luz. Inconspicível auxílio de vendas. Demónstração de representantes.

SONÓTICA Rua Paçôco de Alca, 122 (c/o) Tel. 37 17-18-19